

Editorial

Apesar da definição programática que lhe dera José Leite de Vasconcelos desde a sua fundação, em 1893, o Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia assistiu, particularmente após o desaparecimento do seu fundador, a um grande aumento das suas colecções de arqueologia em desfavor das restantes, ao mesmo tempo que a etnografia portuguesa se desenvolvia científica e museologicamente à sua margem.

Por outro lado, este aumento desproporcionado do seu acervo nas últimas décadas não foi acompanhado pela reformulação e redimensionamento dos seus meios de actuação, particularmente em termos de pessoal, de instalações, de modelo orgânico e de dependência institucional.

Na sequência deste longo processo de atrofia e de acumulação de dificuldades o Museu acabou por ser totalmente encerrado em 1979 tendo finalmente sido dado início à sua reorganização em 1980.

Desde essa data, a par do imenso e prioritário trabalho de reordenamento das suas colecções em termos de inventário, reserva e conservação, foram desencadeadas iniciativas tendentes à redefinição da sua estrutura orgânica e do seu âmbito de actuação assim como lançadas as bases do projecto de um edifício para as suas futuras instalações.

Três anos de reorganização vieram com efeito comprovar que, em termos de espaços disponíveis e de racionalidade museográfica, o edifício actual, a despeito do seu impacto cenográfico e da sua vantajosa localização, é totalmente inadequado evidenciando-se a necessidade da construção de raiz, de um novo edifício, única maneira de dar corpo a um projecto digno de um Museu Nacional de Arqueologia.

A reestruturação integral do Museu herdado apostou entretanto na ideia de que só a sua imediata reorganização na base do possível permitiria viabilizar, de futuro, a sua reformulação em termos do desejável.

Desde então, apesar de grandes dificuldades devidas à multiplicidade de tarefas e à falta de pessoal qualificado, a pequena equipa de arqueólo-

gos responsável pela coordenação dos diversos sectores do Museu prestou todo o apoio possível às acções que decorriam da sua própria vocação, nomeadamente no plano museográfico, de extensão cultural e de apoio à investigação, por vezes em detrimento do programa prioritário de tratamento das colecções.

Ao concluir-se este terceiro ano de reorganização, o Museu possui finalmente o pré-inventário da totalidade das suas colecções o que supôs o seu controlo e reordenamento em reservas. Entretanto, a falta de espaços disponíveis obriga a que estas fiquem localizadas no piso térreo da ala poente do edifício actual onde se encontra em curso o levantamento e restauro dos mosaicos que ali tinham sido instalados há algumas dezenas de anos, segundo técnicas então correntes mas actualmente inaceitáveis. Este programa decorre sob orientação do Museu Monográfico de Conímbriga, entidade a quem solicitámos, desde início, a superintendência do sector de conservação e restauro do Museu.

Aliás, neste plano foram tomadas desde 1980 duas medidas prioritárias: encerramento desse sector de actividade enquanto não existam técnicos devidamente habilitados neste campo de actuação, evitando-se assim as leviandades ocorridas no passado, e criação de uma reserva com ambiente controlado onde passaram a ser guardados todos os objectos metálicos das colecções do Museu.

Finalmente, no plano da redefinição do seu âmbito de actuação — o que tem reflexos na estrutura orgânica actualmente proposta — o Museu tentará apoiar, em Portugal, os estudos interdisciplinares no âmbito da Arqueometria, do mesmo modo que tem vindo a instalar um sector laboratorial de estudos do Quaternário, numa perspectiva paleoecológica, e um serviço de Arqueologia subaquática.

Ao fim de três anos de reorganização durante os quais se assistiu à desobstrução total dos espaços do piso superior — correspondentes às zonas das antigas reservas — ficará concluída a sua adaptação a salas de trabalho, de reservas e de laboratórios, atingindo-se assim a primeira meta que em 1980 nos propusemos alcançar.

Hoje, ao publicar-se o primeiro número de uma nova série de "O Arqueólogo Português", lançado em 1895 por José Leite de Vasconcelos, não podemos deixar de salientar que ele não é mais do que a expressão conclusiva mais elaborada e perene de uma mudança que se pretendeu qualitativa.

Julgamos, assim, ter conseguido as condições para que esta revista não volte a interromper-se e saiba reconquistar o prestígio e a difusão que durante tantos anos conheceu.

Ao procurar actualizar-se quanto aos objectivos e aos modos de apresentação, "O Arqueólogo Português", nesta nova série, pretende atingir

um padrão de qualidade e norma que se imponha tanto aos especialistas como aos futuros continuadores da revista.

Assumindo esta publicação como um momento de recompensa para com um esforço de dignificação da arqueologia portuguesa, que a par da reorganização do seu Museu Nacional viu finalmente serem criados os Serviços Regionais e o Museu de D. Diogo de Sousa, herança directa do Campo Arqueológico de Braga, que me seja permitido lembrar aqui Jorge Alarcão, Adília Alarcão e Manuela Delgado, amigos e mestres que com a sua estatura humana e científica tornaram estes projectos possíveis, Francisco Sande Lemos, com o qual criei os serviços de Arqueologia de Braga e sem o qual estes não se teriam tornado naquilo que hoje são, e todo o pessoal deste Museu, pelo seu esforço, dedicação e amizade.

Francisco S. Lemos

